CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Tarso Genro
Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Subchefe-Executiva da Secretaria de Relações Institucionais

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento

Brasília/DF, 2006

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Tarso Genro
Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Subchefe-Executiva da Secretaria de Relações Institucionais

Esther Bemerguy de Albuquerque
Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

Ângela Gomes
Secretária Adjunta da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

Adroaldo Quintela Santos
Diretor de Políticas de Desenvolvimento

Maria Luiza Falcão Silva
Gerente de Estudos Econômicos

Raquel de Albuquerque Ramos
Gerente de Projeto

Karen Vaz Silva
Assistente Técnica

Sônia Maria Dunshee de Abranches Carneiro
Assessoria de Comunicação da Secretaria de Relações Institucionais

---

Anexo I – Ala "A", sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393 • Brasília – DF – CEP: 70.150-900
cdes@planalto.gov.br www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM
Disponível também em: <http//www.cdes.gov.br>
Tiragem: 500 exemplares
Impresso no Brasil

Catalogação feita pela Biblioteca da Presidência da República

E61 Enunciados estratégicos para o desenvolvimento. Brasília : Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2006.

40 p.

1. Desenvolvimento econômico – Brasil. 2. Distribuição de renda – Brasil. I. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CDD - 338.981

"Meus companheiros e minhas companheiras, nós temos um projeto de nação que tem por base o desenvolvimento com inclusão social, o aprofundamento e melhoria das práticas democráticas e a inserção soberana do Brasil no mundo. Por isso, além das amplas reformas econômicas e sociais que estamos promovendo, temos um compromisso profundo com a reforma política. Não me canso de repetir e vou repetir aqui, a crise ética que se abateu sobre o País é a crise do sistema político em sua inteireza, e não apenas de algumas pessoas ou de alguns partidos. Por isso, é fundamental uma reforma política bem desenhada, que supere o atraso e as condutas inadequadas nesse campo. Não podemos investir indefinidamente no conflito político. As instituições brasileiras estão maduras para tratar com serenidade as questões mais sensíveis da organização da sociedade e do Estado brasileiro. A Justiça, com sua força e seu equilíbrio, saberá lidar com as tantas demandas que este período levantou. Mas nós temos que ter uma dedicação toda especial com o aperfeiçoamento das instituições e, por isso, a reforma política é inadiável."

(**Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**, *19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES*)

Apresentação

A elaboração desses enunciados é uma oferta do Conselho para o Estado e para a sociedade civil de diretrizes estratégicas de planejamento. Estas diretrizes poderão ser apropriadas por qualquer governo, por qualquer partido, por qualquer presidente. É uma produção do CDES para o Estado e que, portanto, só pode ser apresentada em um nível em que os consensos sejam efetivamente majoritários, tratando de temas que possam criar condições políticas para uma concertação estratégica para o País.

Esta metodologia é a chave de um processo político mais amplo, de um processo político que visualiza o próximo período de quatro, oito, 12 anos como o período chave para o desenvolvimento do processo político brasileiro, para o seu desenvolvimento econômico e social sustentado e algumas políticas concertadas que, inclusive, possam alargar a base política de sustentação do próximo governo e pode dar sustentabilidade para um conjunto de reformas tão necessárias ao Brasil.

A avaliação que colhemos ao longo desta experiência no Conselho, pelos documentos que foram publicados, pelas análises que foram feitas, pelos debates que foram travados, pelas crises que o próprio Conselho enfrentou nos faz crer que é possível concertar um conjunto de diretrizes a serem apreciadas pelo Estado. Nesse Conselho nós temos uma enorme pluralidade de classes sociais, de orientações políticas, de visões programáticas e de opções de natureza partidária. Mas, não há dúvida de que neste Conselho está a elite sócio-política do País. Aqui está representada grande parte das pessoas com capacidade de elaboração, de gestão, de representação, de gerenciamento público e privado, que, em última análise, constitui uma gama enorme de cidadãos e cidadãs da sociedade brasileira de todos os grupos e classes sociais.

Nós entendemos que é possível fazer este trabalho, ficando claro que não está se determinando para o Conselho quais são suas posições, mas está se colocando na cena pública um conjunto de elaborações que nós podemos oferecer como decorrência desses primeiros quatro anos de existência do Conselho. Acreditamos que este é um documento precioso para o futuro democrático do País.

Hoje, não há nenhuma dúvida mais que a sociedade brasileira quer dialogar. A experiência do CDES nesse período demonstra que há uma grande capacidade de diálogo em toda a sociedade brasileira que, sim, tem convicções que podem ser antagônicas, mas é possível elaborar um projeto de concertação estratégica para o nosso desenvolvimento. E aqui uma particularidade que deve ser ressaltada: concertação estratégica requer partidos políticos fortes, com identidade. Portanto, concertação estratégica requer, sim, uma reforma política. E é por este motivo que na abertura dos enunciados está indicado que esta deve ser a reforma preliminar.

É preciso que neste período que se inicia com um novo governo nós tenhamos a possibilidade de uma concertação no âmbito das relações políticas, formando um bloco político social majoritário para dar sustentação a um conjunto de reformas necessárias para o País para que ele siga em direção ao desenvolvimento com distribuição de renda.

Esperamos que esta produção do Conselho seja apropriada pela sociedade e pelo Estado brasileiro. A experiência de quatro anos do CDES é uma experiência revolucionária na democracia brasileira. Ela cria uma estrutura de poder, de opinião, de convencimento e de caráter consultivo fora do controle do Estado e traz para dentro do Estado, de maneira regulada, todos os conflitos que estão na sociedade. Esta é a importância fundamental do Conselho.

Tarso Genro
Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da
Presidência da República

O Processo de Elaboração dos Enunciados

Nos seus três primeiros anos de existência o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES obteve reconhecimento público pela produção de documentos e sugestões para o Governo, o Estado e a nação brasileira. Começou sua trajetória com a produção de seis Cartas de Concertação entre fevereiro de 2003 e março de 2004, as quais deram subsídios expressivos para o conteúdo das reformas fiscal e da previdência no primeiro ano do governo. A partir daí o CDES começou o trabalho de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND, concluída em agosto de 2005. A AND consolida e sintetiza conjunto de diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater as situações que nos impedem de sermos o país que gostaríamos.

Em abril de 2006, o CDES foi desafiado a produzir enunciados para o desenvolvimento, ou seja, um elenco de diretrizes operacionais com metas físicas e até financeiras, que, na sua totalidade, pudessem apontar de forma concreta para a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis a partir de 2007, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022. O ciclo de formulação dos Enunciados para o Desenvolvimento envolveu a realização de cinco reuniões regionais no período de abril a maio de 2006 e três Reuniões Plenárias nos meses de maio, junho e agosto de 2006, conforme segue:

REUNIÃO	LOCAL	DATA
Regional 1 – Sudeste	FIESP – São Paulo	27 de abril de 2006
Regional 2 – Sul	Caixa Econômica Federal – Porto Alegre	05 de maio de 2006
Regional 3 – Nordeste	FIEC – Fortaleza	16 de maio de 2006
Regional 4 – Centro-Oeste	Centro de Treinamento do Banco do Brasil – Brasília	18 de maio de 2006
Regional 5 – Norte	Banco da Amazônia – Belém	30 de maio de 2006
17ª Plenária do CDES	Palácio do Planalto – Brasília	10 de maio de 2006
18ª Plenária do CDES	BNDES – Rio de Janeiro	29 de junho de 2006
19ª Plenária do CDES	Palácio do Planalto – Brasília	24 de agosto de 2006

Nas reuniões regionais os conselheiros aprofundaram e pactuaram idéias, percepções e concepções sobre o que seriam os enunciados. Referenciados nesse marco metodológico, os conselheiros iniciaram o processo de formulação de propostas concretas sobre os caminhos do desenvolvimento do país, abrangendo uma variada gama de temas que apontam para a aceleração do crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades.

Nessa caminhada coletiva, os membros do CDES contaram com o assessoramento técnico da Fundação Getúlio Vargas, que produziu estudos de base sobre Macroeconomia, Ciência e Tecnologia, Redes Sociais, Saúde, Educação, Eficácia do Estado, Segurança Pública, Sistema Judiciário, Reforma Política e Reforma do Processo Orçamentário, que resultaram numa publicação intitulada “Temas para o Desenvolvimento com Eqüidade”, disponível no site do CDES (www.cdes.gov.br). Cada conselheiro teve a liberdade e autonomia para formular enunciados que contribuíssem para o desenvolvimento do país a partir dos seus ideais e da visão de futuro do Brasil.

Coube à Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES/SRI o papel de analisar, agrupar e consolidar as propostas de enunciados. Como ficou acordado pelos conselheiros nas reuniões regionais, as propostas divergentes não foram integradas a este primeiro documento. Depois desse trabalho inicial a SEDES consultou diversos ministérios e agências governamentais sobre informações quantitativas e qualitativas, que serviram de subsídio técnico para a redação final dos enunciados.

Resulta desse processo de criação coletiva um documento com 24 enunciados consensuais para o desenvolvimento do país, envolvendo temas como a Reforma Política, Modelo de Desenvolvimento e Política Econômica, Política Social (com ênfase na Redução das Desigualdades Sociais e Regionais, Educação, Saúde e Valorização do Salário Mínimo), Redução das Taxas de Juros, Reforma Fiscal, Ciência Tecnologia e Inovação, Infra-Estrutura Econômica e Social, Política Industrial, Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas e Combate à Informalidade, Reforma Agrária, Segurança Pública e Sistema Judiciário e Governança Estratégica. O processo de desenvolvimento do País prevê uma taxa de crescimento do PIB em torno de 6% anuais com significativo aumento da renda per capita e melhoria da distribuição da renda no país até 2002.

O documento final foi apresentado na 19ª Reunião Plenária do CDES realizada no dia 24 de agosto de 2006, com a presença do Presidente Lula e de vários ministros e convidados especiais. A apresentação e defesa dos enunciados foi efetuada pelos conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Fernando Xavier, Jorge Gerdau Johannpeter, José Antônio Moroni, Lutfala Bitar, Maurílio Biagi Filho, Paulo Safady Simão, Pedro de Oliveira e Rodrigo Loures.

Segundo o Ministro Tarso Genro, os Enunciados são uma produção do Conselho para o Estado e que, portanto, esta produção só pode ser apresentada em um nível em que os consensos sejam efetivamente majoritários, tratando de temas que possam criar condições políticas para uma concertação estratégica para o país.

Em seu pronunciamento, o Presidente Lula reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento, com a melhoria da qualidade da educação e com a distribuição de renda no Brasil. Elogiou o trabalho dos conselheiros do CDES por mais uma contribuição de alto nível para os destinos do País e afirmou que vai lutar para que as forças políticas e sociais de todos os matizes ideológicos se unam por um projeto em prol do desenvolvimento do Brasil e pela melhoria acentuada das condições de vida do povo brasileiro.

Visando aprofundar o debate e formular propostas mais detalhadas, os conselheiros resolveram constituir grupos de trabalho para tratar dos temas Reforma Política e Financiamento dos Investimentos em Infra-estrutura Econômica e Social. A educação, também considerada uma prioridade pelos conselheiros, já estava sendo examinada pelo Observatório da Eqüidade, que conta com a coordenação de doze conselheiros e assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e do Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio Econômicas – DIEESE.

A reunião do Conselho e os Enunciados tiveram grande repercussão na imprensa do País. Mesmo após a reunião que aprovou o trabalho, o tema continuou sendo pauta de matérias e artigos em toda a imprensa brasileira. Não obstante o caráter favorável ou desfavorável dos artigos e comentários, o mais importante a realçar foi a retomada do debate público sobre o desenvolvimento do Brasil na mídia.

A partir desta publicação o CDES reafirma seu compromisso com a democracia brasileira e com o diálogo social, mostrando como é possível realizar uma contribuição importante para o governo e para a sociedade por meio de um colegiado que reúne as mais diversas representações sociais do país.

O Desenvolvimento é Necessariamente um Processo de Concertação Nacional

Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, consubstanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agenda Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consensos em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sob os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira, nos encorajando a dar novos passos. Diante disso, nos empenhamos na tarefa de elaborar propostas de diretrizes, com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do País.

As condições para planejar estrategicamente os caminhos de médio e longo curso para o desenvolvimento do País foram estabelecidas nos últimos anos – inflação sob controle, superávits expressivos nas transações correntes, equilíbrio das contas públicas e bem sucedidas metas sociais. O foco nas prioridades econômicas – ajustamento macroeconômico e diminuição da vulnerabilidade externa – pode, a partir de agora, deslocar-se para a aceleração dos processos de distribuição das riquezas como imperativo para o crescimento sustentado do País. Esses são os pressupostos que estão na base da construção dos enunciados aqui apresentados.

Os enunciados receberam as contribuições de Conselheiros e Conselheiras do CDES, da Fundação Getúlio Vargas e de personalidades da área econômica e da gestão pública.

O formato escolhido para a apresentação dos enunciados tem a virtude da objetividade e da brevidade, embora tenha a limitação de não apresentar a fundamentação das propostas – que seguramente existe. Esta forma facilita o prosseguimento da elaboração e dos debates, que seguirão até a última reunião do Conselho deste ano.

A idéia é conduzir o debate através de um processo de aproximações sucessivas: iniciar chancelando os enunciados consensuais e apontando os que têm maioria; aqueles que não têm apoio significativo do CDES ficarão registrados como sugestões. Num segundo momento, serão arrolados os enunciados que podem dar base a uma concertação estratégica comprometida com o desenvolvimento, entendendo que a distribuição da renda é fator indispensável para o crescimento sustentado e a estabilidade econômica e social.

"Eu acho que não devemos nos conformar com crescimento abaixo de 6%, é para buscar 7%. Isso é uma responsabilidade política social do empresário, dos políticos, dos acadêmicos, dos líderes sindicais, nós juntos que estamos aqui representados. Tem que haver uma inconformidade absoluta nossa porque aceitar um crescimento nos níveis do que aconteceu nos últimos 20 anos é uma irresponsabilidade social coletiva da elite brasileira."

(**Conselheiro Jorge Gerdau Johannpeter**,
19ª Reunião do Pleno do CDES)

"A agenda e o enunciado trazem para a questão da desigualdade uma prioridade central e o ponto a partir do qual nós devemos olhar o desenvolvimento. Para isso é necessário uma visão rigorosa do Estado e do governo e a Agenda e os Enunciados apontam que a eqüidade deve ser um critério e um princípio a presidir todas as políticas públicas. E para isso, as metas precisam ser acompanhadas regularmente com um amplo controle social e uma ação vigorosa de governo e da sociedade no sentido de buscarmos a ação distributiva que garanta, com crescimento, a diminuição gradativa e acelerada das desigualdades."

(**Conselheiro Clemente Ganz Lúcio**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

A – ENUNCIADOS POLÍTICOS

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme projeto de lei nº 4718/2004, proposto pelo Conselho Federal da OAB e CNBB, em tramitação no Congresso Nacional.

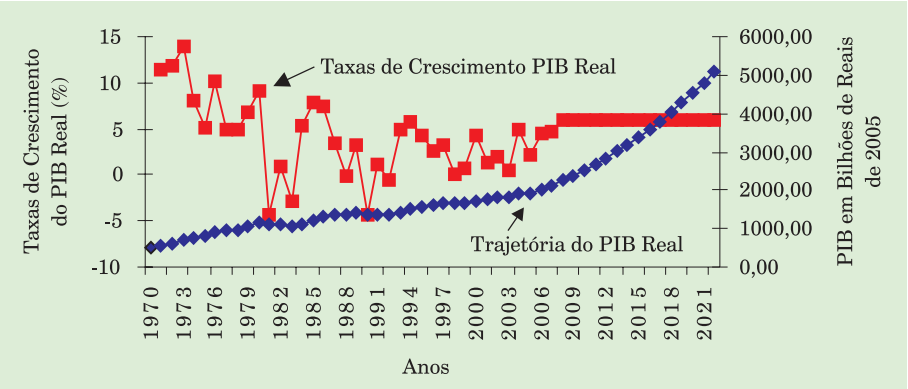
Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação em lista, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular.

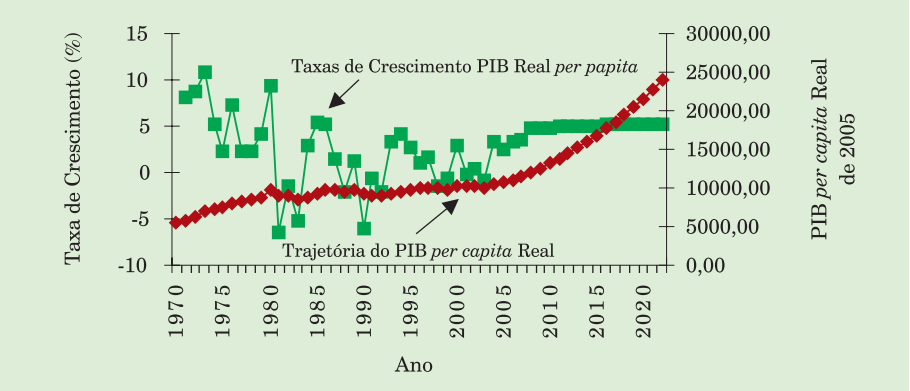
B – ENUNCIADOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

1) Ter como meta uma taxa de crescimento média do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB per capita. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Espanha, dentre outros.

Trajetória do PIB Real e Taxas de Crescimento – (1970-2020)



Evolução do PIB Real *per capita* (1970-2020)



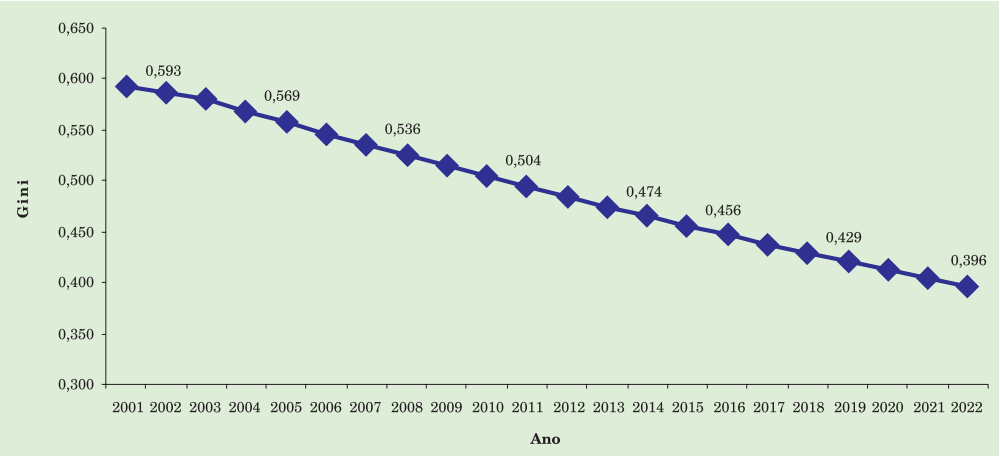
Fonte: 1970 a 2005 – IpeaData / 2006-2020 – Estimativas SRI

2) Promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Adotar a eqüidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400 em 2022, aproximando o Brasil da mediana atual dos países classificados pelo PNUD. Para isso, o ritmo de redução da desigualdade deve ser acelerado e a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. Para a fixação de metas de curto prazo deverão ser adicionados a esse índice um conjunto de indicadores que relacionem o comportamento da renda dos 50% mais pobres com a dos 10% mais ricos e com a dos 1% mais ricos; relacionem a média e a mediana das distribuições de rendimentos, e, no combate à pobreza verifiquem especificamente o comportamento da renda dos 50% mais pobres.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário mínimo; de reforma do sistema tributário; de priorização de investimentos em infra-estrutura com alta taxa de retorno social; de políticas ativas para redução da desigualdade regional e intra-regional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal na unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo 2000), para 4 vezes em 10 anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no país.

Brasil: evolução temporal da desigualdade de renda familiar *per capita* – 2001–2022 (Coeficiente de Gini)



A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal na unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo 2000), para 4 vezes em 10 anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no país.

"Queria destacar que quando a gente fala de desenvolvimento não se pode esquecer que essa palavra nem sempre está ligada à questão do crescimento meramente econômico, mas também à questão social. Pegando por exemplo uma floresta conservada e todo aspecto envolvendo os povos que habitam essa floresta e considerando o termo desenvolvimento, na Amazônia, na região Norte, quero lembrar que a maior parte das terras indígenas estão concentradas nessa região, 98,73% das terras indígenas do Brasil estão localizadas aqui na região Amazônica. Isso significa a grande riqueza da biodiversidade que está concentrada dentro das terras indígenas, mas também a riqueza cultural, que é justamente a que aponta a linha estratégica que foi discutida na Agenda Nacional que é o respeito à diversidade cultural."

(**Conselheira Joênia Batista de Carvalho**,
V Reunião Regional, Belém)

"Nós precisamos de muito mais velocidade, nós precisamos ser mais ambiciosos nas nossas propostas. Temos que fazer o Brasil crescer e rápido e com todos nós arregaçando as mangas e partindo para o trabalho para realizarmos o Brasil que nós sonhamos. Mas não é o Brasil que nunca termina. Tem que ser um sonho que nós possamos realizar dentro de um prazo mais curto, onde a gente possa dar mais um pouco de dignidade, de esperança para o povo brasileiro."

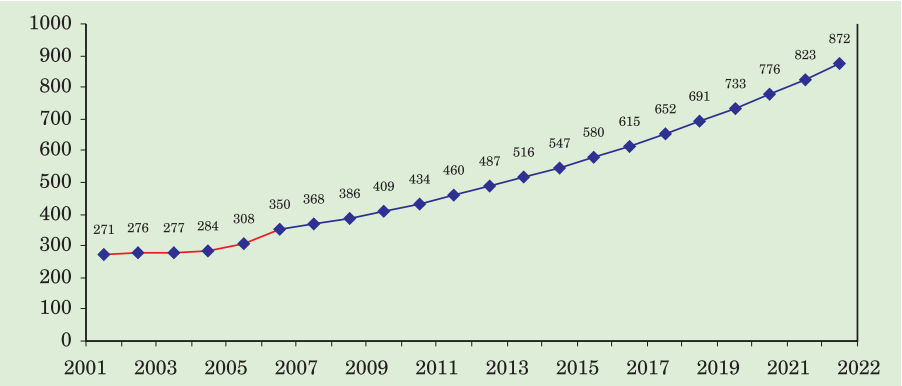
(**Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

3) A educação é estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento do país, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional, tendo como objetivos centrais: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional, tendo como meta a erradicação do analfabetismo estrutural; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica, alcançando padrões internacionais de qualidade, através da valorização profissional e formação inicial e continuada dos professores; ampliar e consolidar a rede de educação tecnológica, oferecendo programas para a inclusão educacional para jovens e adultos, com iniciação profissional e elevação da escolaridade, ampliando o ensino médio integrado, tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede federal de instituições federais de educação superior, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução de todo o sistema nacional de Pós-graduação. O alcance desses objetivos prioritários requer a expansão do investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB.

4) Aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde (SUS), com definição clara das responsabilidades da União dos Estados e dos Municípios e a ampliação do investimento público em saúde, nas três esferas de poder. A meta de investimento é passar dos atuais 3,2% para 4,5% do PIB até 2011 de forma que o gasto *per capita* alcance valores próximos aos da Argentina e do Uruguai, atualmente de U$300,00. De forma regular e progressiva, ampliar para 6% os recursos aplicados até 2022, atingindo níveis de investimento *per capita* semelhante aos atuais da Austrália, Nova Zelândia, Itália e Portugal. Esses recursos devem tornar possível, a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, em especial a universalização da atenção farmacêutica, a ampliação da lista de medicamentos essenciais e a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família.

5) Ter como meta a implementação de uma política continuada de valorização do salário mínimo comprometida com os preceitos constitucionais vigentes e consistente com o crescimento do produto nacional. Esta política deverá proporcionar aumento real do salário mínimo em torno de 150% até 2022 em relação ao patamar real de 2006. Esta meta é viável com base na estimativa de crescimento do PIB da ordem 150% e do PIB *per capita* da ordem de 117%, no período 2006-2022; no estímulo à negociação de acordos para a incorporação à renda do trabalho de parte dos ganhos de produtividade decorrentes deste crescimento; e na adoção de instrumentos que estimulem a ampliação da parcela de contratos de trabalho urbanos e rurais regulamentados.

Evolução do Salário Mínimo Real 2001 – 2022
(valores observados nos meses de junho em R$ de jun/06)



Salário Mínimo real a preços de 2006
Fonte: 2001 a 2005 – IpeaData / 2006-2020 – Estimativas SRI

"É preciso olhar o futuro como desafiador, mas sem olhar muito para as limitações, porque senão o plano fica sem sonhos e um plano sem sonhos acaba não sendo um plano."

(**Conselheiro Antoninho Marmo Trevisan**,
II Reunião Regional, Porto Alegre)

"O documento divulgado aqui, que será objeto de análise e de detalhamento nos próximos meses, reflete de maneira sucinta, clara e madura a opinião de conselheiros e conselheiras do CDES, gestores públicos, de especialistas sobre o Brasil de hoje. Estamos falando dos avanços alcançados nos últimos anos, mas também dos obstáculos encontrados pelo caminho. Mais do que isso, esse documento propõe de maneira até ousada o cumprimento de metas nos próximos dezesseis, vinte anos, que, se realizadas, colocarão o Brasil em posição muito próxima ao dos países desenvolvidos."

(**Conselheiro Paulo Safady Simão**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

6) O crescimento do PIB deverá estar acompanhado de instrumentos de política industrial e tecnológica, de estímulo ao desenvolvimento regional e de redistribuição de renda que garantam a geração de 100 a 150 mil novas ocupações / mês, no ritmo que vêm sendo mantido no período recente. Ademais, para reverter o quadro de fragmentação do mercado de trabalho nacional, estes instrumentos devem estar combinados de forma a garantir que pelo menos 80% destas novas ocupações sejam postos de trabalho formais, percentual que corresponde à participação média desta forma de inserção registrada na expansão ocupacional total verificada no biênio 2003-2004.

7) As metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional deverão ser cumpridas de maneira sistemática. O cumprimento continuado das metas reduzirá o componente de risco inflacionário embutido nas taxas de juros reais *ex ante*, permitindo a convergência das taxas de juros reais domésticas para os níveis verificados em outras economias emergentes de classificação de risco equivalente à do Brasil. Num cenário em que essa convergência ocorra em ritmo acelerado e alcance um patamar de juros reais de 3% no prazo de cinco anos, seriam liberados, nos próximos quatro anos, recursos orçamentários em torno de R$ 203,3 bilhões, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, investimentos em infra-estrutura e para a seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano.

Premissas:

Anos	Evolução da Taxa de juros reais	Superávit Primário (% PIB)	Taxa de Crescimento do PIB Real	Dívida/PIB	Economia de Reais em milhões*
2006	10,00%	4,25%	4,50%	50%	
2007	8,00%	4,25%	4,75%	49%	20.573,38
2008	6,00%	4,25%	6,00%	46%	43.391,87
2009	4,50%	4,25%	6,00%	42%	61.267,10
2010	3,00%	4,25%	6,00%	37%	78.142,67
Total					**203.375,12**

* Valores correspondem à diferença entre a totalidade de juros que seriam pagos a cada ano permanecendo a taxa de juros real constante da ordem de 10% a.a. (um acumulado no período em torno de 521 bilhões de reais) e os montantes alternativos estimados para uma queda gradual de juros de acordo com a tabela acima (R$ 318 bilhões no período).

8) O *spread* deve expressar o risco Brasil de forma realista. O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto associando essas medidas a metas de redução do *spread*. Os bancos públicos devem cobrar um *spread* máximo de 15% ao ano estimulando a concorrência no setor

9) O crescimento econômico, impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública e da sonegação e da informalidade abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal – de responsabilidade da União, estados e municípios – para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incremente a tributação direta, reduza a tributação indireta, por meio de consenso com estados e municípios.

Assegurar condições necessárias para que os estados pratiquem uma política tributária que respeite os princípios de neutralidade e justiça social. Para isso a reforma tributária deve isentar de ICMS os alimentos e remédios e implementar o princípio de destino para o ICMS pela eliminação gradual do imposto interestadual, como forma de acabar com a guerra fiscal e as fraudes.

"Acho que o Estado brasileiro está precisando – fica aqui uma idéia que pode ser incorporada também na proposta – é de uma abertura à sociedade civil nos seus vários espaços de poder que são definidores de políticas públicas. Uma maior presença da sociedade civil é fundamental, a exemplo desse Conselho, porque com a participação da sociedade civil nos conselhos de Estado ou nos espaços decisórios do mesmo – com representatividade regional, representatividade de classes, de categorias, e assim por diante – poder-se-ia incrementar uma cultura Republicana progressivamente. Através desse exercício coletivo nós podemos avançar na superação de uma mentalidade que coloca ora o interesse do partido, ora o interesse do grupo econômico, ora o interesse da empresa acima da nação. Nós precisamos mudar a cultura política do Brasil."

(**Conselheiro Alex Fiúza de Melo**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

"A educação é, fundamentalmente, um direito do cidadão e, nesse sentido, um passo decisivo no desenvolvimento social de qualquer sociedade. Mas, mais do que isso, ela é investimento em capital humano e, como tal, dever ser considerada investimento estratégico, no sentido que pode mudar o comportamento de toda a sociedade. Sendo assim, é condição fundamental e determinante para o desenvolvimento econômico sustentável do País. Além disso, a educação implica aumento da escolaridade dos trabalhadores, em conseqüência, é o principal instrumento de aumento de produtividade da economia."

(**Conselheiro Fernando Xavier**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

10) O desenvolvimento econômico do país deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo. No tocante ao mercado externo, há de se levar em conta que num mundo globalizado o país deve buscar alianças estratégicas regionais e multiregionais para melhorar a competitividade externa. A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados e perseguir a redução das assimetrias econômicas e sociais no âmbito da América do Sul.

11) Atingir uma taxa de formação bruta do capital de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. Expandir o crédito para um percentual de, no mínimo, 50% do PIB. O crédito para a indústria deve representar, no mínimo, 10% e 5% para a construção civil em relação ao PIB. Ampliar o crédito para o consumidor e expandir as medidas de inclusão bancária dos segmentos pobres da população passando de 4,5 milhões novas contas bancárias até junho de 2006, para 10 milhões nos próximos cinco anos. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do Sistema Financeiro Nacional através do estímulo à constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com os fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e negócios da economia familiar e solidária. No estímulo ao fortalecimento das microfinanças é fundamental contar com as iniciativas de responsabilidade social das empresas.

12) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – aplicará nos próximos dez anos recursos no valor de R$ 650 bilhões para financiar projetos industriais e de infra-estrutura com aumento da participação das regiões Norte e Nordeste no total das aplicações, considerada uma TJLP que expresse a realidade das taxas de inflação e do risco país.

13) O conglomerado do Banco do Brasil, com recursos próprios, será um agente estratégico do setor público no financiamento da formação bruta de capital fixo.

14) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo a inovação e diferenciação de produtos e serviços, com inserção e reconhecimento nos principais mercados do mundo.

Essa visão inclui maior protagonismo no comércio exterior nos segmentos de maior intensidade tecnológica, com internacionalização de empresas brasileiras, disputando a liderança em diversos setores, incluindo produtos de base, nano e biotecnológica e biocombustíveis. Esse novo ciclo de crescimento sustentável, que enseja um desenvolvimento mais harmônico, deverá focar a redução das desigualdades regionais, culturais e de renda, o acesso à educação em todos os níveis, a inclusão digital e tecnológica.

"Quando o Brasil realizar a reforma agrária terá concluído a primeira etapa do seu processo de desenvolvimento, estabelecendo as bases de uma sociedade democrática, respeitosa de seus povos e ecologicamente equilibrada. Esta é uma meta viável".

(**Conselheiro Pedro de Oliveira**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

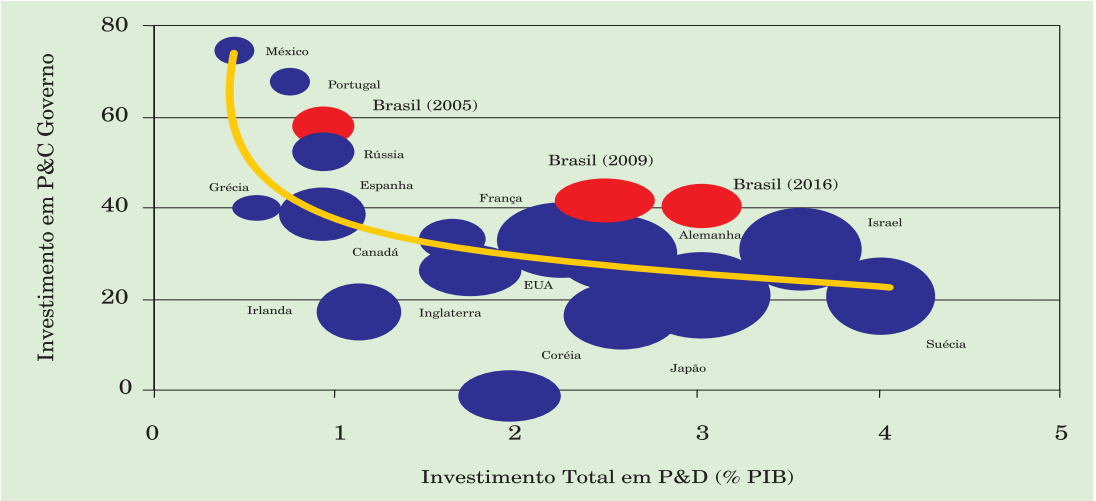
"Eu acho que um país como o nosso, com as riquezas que nós temos, com as pessoas que nós temos, tem condições de colocar metas para estar, talvez, entre os três maiores do mundo, porque não? Mas entre os três maiores do mundo em tudo, em renda per capta, em mercado, em qualidade de vida, em segurança, em educação, em nível de desenvolvimento, de tecnologia e tudo mais. Talvez essa seja uma meta mais ambiciosa, de mais longo prazo. Enfim, ministro, para encurtar, eu diria ao senhor que eu acho que o Conselho tem exercido o seu papel, tem contribuído bastante, mas eu acho que nós poderíamos ter feito mais."

(**Conselheiro Roger Agnelli**,
19ª Reunião Ordinária do Plano do CDES)

15) Aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia no PIB, dos atuais 1,37 % para 2,5% nos próximos três anos, quando a participação do setor privado nesta área deverá ser ampliada de 40% para 60%, à semelhança de países como Grécia, Espanha e Canadá. Mantida a participação do setor privado em 60% do gasto com Ciência e Tecnologia, as despesas totais deverão alcançar o patamar de 3% do PIB nos próximos dez anos. Paralelamente, deve-se promover o fortalecimento e a modernização institucional da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento do País, de modo a favorecer uma cultura voltada para maior interação entre universidades, instituto de pesquisas e setor privado, com vistas a ampliar significativamente as inovações tecnológicas.

O BNDES, por meio do Fundo Tecnológico – FUNTEC, aplicará R$1.0 bilhão/ano para apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País, em conformidade com os Programas e Políticas Públicas do Governo Federal.

Tendências: Maior Investimento Total em P&D com Investimento



16) A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como área estratégica para o desenvolvimento nacional. O fomento e apoio às áreas de fármacos e medicamentos, hemoderivados, equipamentos médico-hospitalares, imunobiológicos e procedimentos diagnósticos, permite internalizar a promoção do desenvolvimento e, na perspectiva da saúde, aumentar, de modo contínuo, a cobertura de atendimento e oferta de serviços aos usuários do SUS, bem como o desejado aprimoramento da qualidade da prestação desses serviços.

17) Fortalecer e consolidar a política de comércio exterior, de modo a assegurar que o crescimento de nossas exportações continue superando o crescimento do comércio exterior com taxas superiores a 10% ao ano, a fim de que o Brasil alcance o patamar mínimo de 15º país exportador mundial até 2022. Neste sentido, deve-se manter a política gradativa de desoneração de tributos sobre as exportações, contribuindo para a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional; melhorar os procedimentos aduaneiros e portuários, reduzindo as barreiras burocráticas para corredores logísticos de exportação, em nível compatível com padrões de competitividade internacional; e, agilizar o processo de concessões portuárias para ampliação da infra-estrutura logística do País.

Alcançar com o turismo, até 2010, a meta de geração de US$ 10 bilhões em divisas, colocando o setor no segundo lugar na pauta de exportação, aproveitando todo o seu potencial de geração de empregos, de dinamização de diversos setores da economia, e de forte inclusão social e econômica.

"O Brasil teve vários planos econômicos, mas faltou uma agenda com vistas ao desenvolvimento, à distribuição de renda. Faltou uma agenda de combate à desigualdade, que no Brasil passa pela questão étnica e de gênero. A Agenda Nacional de Desenvolvimento construída pelo CDES e aprofundada agora nos Enunciados, é um bom instrumento para que se dê início a este processo de estabelecimento de consensos que vão além do crescimento econômico. Como questão estruturante, a educação, em todos os níveis, deve ser priorizada, com a adoção de medidas momentâneas e perenes."

(**Conselheiro João Bosco Borba**,
IV Reunião Regional, Brasília)

"É também necessário que haja coragem e lucidez na realização de investimentos prioritários em ciência, tecnologia e educação nos pólos mais desfavorecidos do país, que necessitam de infra-estrutura compatível com a extensão de suas divisas e fronteiras. Sem uma prioridade para valer, conseqüente, capaz de reter a renda gerada, orientar sua aplicação de forma inteligente e aproximar a ação pública à iniciativa privada, nossa região continuará a ser marcada por uma desigualdade exasperadora, contra a qual o governo, hoje, nos convoca para refletir e resolver."

(**Conselheiro Lutfala Bitar**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

18) Infra-Estrutura Econômica

18.1) Logística e Transportes

Diversificar a matriz de transportes priorizando o uso do transporte ferroviário, hidroviário e marítimo. Readequar as instituições de transportes no âmbito do Governo Federal, visando o aumento da eficiência e da eficácia. Regulamentar as relações entre Ministério e Agências e redefinir os papéis das Companhias Docas. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infra-estrutura de transportes. Garantir o patamar em torno de R$ 8,2 bilhões/ano para o investimento público no setor e incentivar a utilização de Contratos de Concessão e de Parceiras Público–Privadas. Incentivar a instalação e operação de plataformas logísticas integradas.

18.2) Energia

Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. O aproveitamento do potencial hidráulico deve ser feito de forma social e ambientalmente sustentável. Para revitalizar o setor, são necessários investimentos em torno de R$ 36 bilhões/ano.

18.3) Infra-estrutura Hídrica

Aumentar a oferta de água para consumo humano e para a produção, garantindo a distribuição equilibrada de água e priorizando as regiões de maior criticidade como o semi-árido, por meio da implantação de obras estruturantes de infra-estrutura hídrica nos seguintes segmentos: (i) Sistemas produtores e distribuidores de água bruta; (ii) Sistemas de irrigação; (iii) Sistemas de macrodrenagem; (iv) Sistemas de reuso de água; (v) Barragens de controle de cheias e regularização de vazões; (vi) Sistemas de controle de erosão fluvial e marítima; (vii) Ações de revitalização e integração de bacias hidrográficas; (viii) Ações de recuperação e segurança de barragens.

Integrar e articular órgãos das esferas federal, estadual e municipal relacionados ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, com o intuito de fortalecer a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infra-estrutura hídrica, incluindo Parcerias Público-Privadas e outras formas de concessão pública, garantindo um patamar em torno de R$ 10 bilhões/ano para o investimento no setor.

19) Infra-Estrutura Urbana e Social

19.1) Mobilidade Urbana

Implantar o Programa de Mobilidade Urbana para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não-motorizada no montante anual em torno de R$ 2 bilhões durante 10 anos, de modo a reverter o atual modelo de mobilidade, uma vez que a perspectiva de crescimento econômico continuado, sem a superação dos atuais problemas e prevenção quanto à ampliação dos mesmos – exclusão social, poluição, congestionamento e acidentes – comprometem o bom funcionamento das atividades urbanas e oferecem grande risco à sustentação do desenvolvimento econômico esperado.

19.2) Universalização do Saneamento

Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Para isso serão necessários investimentos de R$ 180 bilhões, público e privado, ao longo de vinte anos.

19.3) Habitação e Desenvolvimento Urbano

Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS, R$ 39,6 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R$ 2,5 bilhões por ano, para equacionar o *deficit* (favelas e domicílios rústicos) estimado em 3,5 milhões (FJP/IBGE Censo/2000), especialmente em ações de urbanização integral de favelas nas regiões metropolitanas onde se concentram mais de 80% dos assentamentos precários e informais.

Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – FNHIS, de subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, R$ 112,2 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R$ 7 bilhões por ano (FNHIS-R$ 4 bi, FGTS-R$ 2 bi e FAR- R$ 1 bi), para produzir unidades habitacionais de interesse social necessárias para equacionar o *deficit* habitacional estimado em 6,6 milhões de moradias para baixa renda, 92% do déficit total do Brasil (IBGE Censo/2000).

"A questão da Sudene deve ser agilizada e a questão da desoneração da cesta básica também deve receber um tratamento prioritário, porque indiscutivelmente vai trazer benefício para a população de baixa renda. A educação é outro dado de grande relevância que deve receber por parte do governo um reforço naquilo que for voltado para o Nordeste. Com certeza a gente vai acelerar o desenvolvimento da região. Porque tudo começa pela capacitação das pessoas."

(**Conselheiro Amarílio Macedo**,
III Reunião Regional, Fortaleza)

"No âmbito da sociedade civil organizada, organizações e movimentos que defendem o interesse público, aqui entendido como os interesses da maioria da população e a radicalização da democracia, a reforma política está inserida em um contexto mais amplo, que necessariamente diz respeito às mudanças no sistema político, na cultura política, na sociedade e no próprio Estado. Por isso, os princípios democráticos que nortearão uma verdadeira reforma política são da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, da transparência e do controle social".

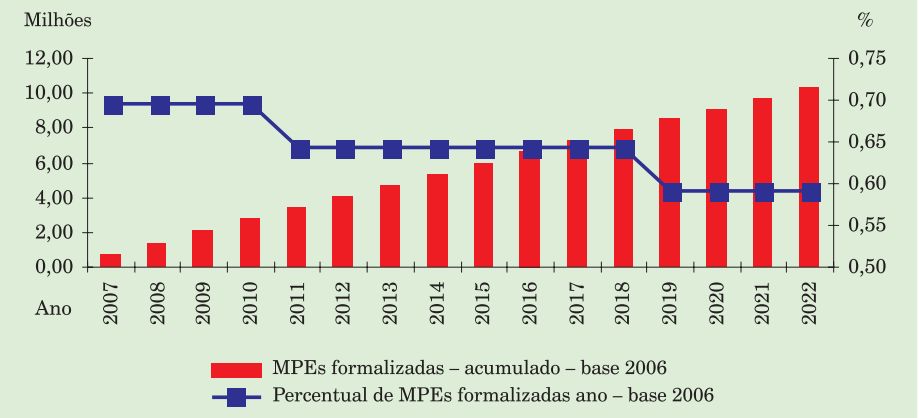
(**Conselheiro José Antônio Moroni**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

20) Implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que valorize a diversidade regional brasileira e reduza as desigualdades ainda prevalecentes. A PNDR deve conferir tratamento especial a duas macrorregiões: o Norte e o Nordeste e a sub-regiões de baixa renda e de baixo dinamismo. Para isso, deve orientar-se por planos estratégicos construídos e pactuados nas esferas inter e intragovernamentais e com a sociedade. Criar e implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) voltado para a redução das disparidades regionais e que contará com dotação da ordem de 2% da arrecadação dos tributos federais nos próximos 5 anos, 2,5% nos cinco anos seguintes e 3% nos dez anos seguintes (projeção inicial, com base no exercício 2006, no valor de R$ 2 bilhões de reais/ano). Além do FNDR, os Governos Estaduais deverão criar e implementar Fundos Estaduais de Desenvolvimento voltados para a redução das disparidades intra-regionais nos próximos 20 anos.

21) Trazer para a formalidade até 2022 cerca de 10,3 milhões de micro e pequenas empresas que se encontram na informalidade. Neste sentido, destaque-se recomendações de políticas que promovam: acesso ao mercado; acesso e adequação dos produtos do sistema financeiro ao setor de PMEs; acesso aos serviços técnicos especializados de gestão e formação profissional; simplificação das leis tributárias; redução do custo do trabalho; simplificação da formalização na abertura das empresas; formalização do trabalho doméstico e artesanal; e, aumento das penalidades aos sonegadores/infratores

Aprovar de forma imediata da Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Desenvolver medidas permanentes que garantam a redução da burocratização do registro formal e a facilitação fiscal. Essas medidas devem promover a inclusão de 686 mil empresas ao ano, no período de 2007/2022, formalizando cerca de 10,3 milhões de micro e pequenos empresários brasileiros.

Redução dos Microempreendimentos Informais: Projeção 2007 – 2022



22) A Reforma Agrária é condição para a Democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombola. Um primeiro passo é a assinatura da portaria ministerial que atualiza os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras. Assim, deve-se garantir acesso à terra, suficiente em quantidade e qualidade, com assistência técnica, extensão rural, infra-estrutura e crédito para mais de 1,5 milhões de famílias de agricultores sem terra, até 2015.

Criar uma política de educação integral do campo, escolar e não escolar, valorizando os conhecimentos e a utilização de saberes de agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e das populações tradicionais, contribuindo para a universalização do acesso à educação básica e ampliação da formação profissional pública e de qualidade, enfatizando também o acesso ao ensino superior.

"É preciso pensar um projeto de desenvolvimento para o País que não seja simplista e apenas baseado em ciclos econômicos. O Brasil precisa produzir pesquisa, fortalecer o mercado interno, fazer as reformas política e tributária, de modo a acabar com a guerra fiscal e o endividamento dos estados. As políticas públicas devem estar voltadas à inclusão social e inserção no mercado de trabalho. A educação precisa de um investimento de pelo menos 6% do PIB, investir em qualidade e no ensino profissionalizante."

(**Conselheira Jussara Dutra**,
IV Reunião Regional, Brasília)

"Não é a economia que vai resolver a economia. Então, acho que as metas que têm que ser traçadas são as metas do Brasil que queremos e a economia deve se adaptar àquilo que nós queremos. Não são metas objetivas de inflação que têm que ser feitas, nem de equilíbrio das contas, nem metas fiscais ou a questão das contas externas, do endividamento sobre o PIB. Acho que seria interessante fazer uma reflexão e estabelecermos metas do Brasil que queremos, que no meu ponto de vistas são as questões sociais, e pensar que tipo de economia, que tipo de metas econômicas, que tipo de indicadores, que tipo de política econômica têm que ser colocadas a serviço dessas metas."

(**Conselheiro Oded Grajew**,
I Reunião Regional, São Paulo)

23) Segurança Pública e Sistema Judiciário

23.1) Segurança Pública

Ampliar e consolidar as ações da Polícia Federal em todo o País, permitindo o planejamento estruturado de operações contra o crime organizado, o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando, à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao tráfico de armas, ao tráfico de pessoas e aos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a administração pública.

Criar um piso salarial nacional, para as ouvidorias e corregedorias. Manter a Rede de Ensino à Distância e a Rede de Especialização em Segurança Pública. Consolidar um Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, modernizando e ampliando a Rede INFOSEG, o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública, o Observatório de Práticas de Segurança Pública e institucionalização do Portal de Segurança Cidadã como meio de democratização do acesso à informação. Difundir a gestão de resultados como principio administrativo das organizações de segurança pública. Criar um Centro Estratégico de Monitoramento da Criminalidade no Brasil, mantendo a Rede Nacional de Laboratórios de DNA e ações de formação de peritos criminais e sustentar as ações da Força Nacional de Segurança Pública. Para tal, será necessário garantir o patamar mínimo de investimento no setor de 1,5 bilhões/ano.

23.2) Sistema Prisional

Efetiva regulamentação do controle externo pelo Ministério Público. Reduzir o déficit de vagas que hoje gira em torno de 150.000, por meio da adequação quantitativa e qualitativa dos estabelecimentos penais, da construção de 52 estabelecimentos penais para a geração de 41.600 vagas. A construção dos novos estabelecimentos exigirá R$ 1,47 bilhão até o exercício de 2011, e de R$ 3,26 bilhões para os exercícios subseqüentes até 2015.

Regulamentar a inclusão da carreira de Agente Penitenciário Federal entre as carreiras integrantes do Sistema de Segurança Pública típicas de Estado, visando o aprimoramento do sistema penitenciário federal e o aperfeiçoamento daquele sistema com a liberação da polícia judiciária da União dos encargos provocados pela atividade carcerária, de custódia, segurança e transporte de presos federais e de alta periculosidade.

23.3) Sistema Judiciário e Concertação Nacional

23.3.1) Modernização e informatização

Informatizar o sistema judicial é fundamental para a celeridade da tramitação das questões e para a diminuição do volume de feitos na Justiça. O projeto de Justiça Virtual, que está inserido na ação MOREJUS, desenvolvido com o Conselho Nacional de Justiça e outras entidades ligadas à administração da Justiça tem por escopo virtualizar as diversas fases do procedimento judicial, permitir a comunicação e a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e os demais participantes dos litígios ou detentores de dados importantes para a prestação jurisdicional. A aceleração na resolução de conflitos contribuirá para a segurança jurídica e para a consolidação de um ambiente mais favorável a investimentos e a transações financeiras e comerciais. Serão necessários recursos de R$1,4 milhões/ano a partir de 2007.

23.3.2) Acesso à Justiça

Incentivar programas de mediação, justiça comunitária, justiça restaurativa e todas as demais formas de solução extrajudicial de litígios. A consolidação do acesso à Justiça passa também pelo fortalecimento institucional da defensoria pública, através de investimentos na estrutura da Defensoria Pública da União. Outro elemento fundamental para o acesso à Justiça é levar pontos de acesso virtual do Judiciário até comunidades carentes através de programas de inclusão digital e da capacitação de agentes comunitários. Os projetos de acesso à justiça também estão incluídos no Morejus.

23.3.3) Reforma Legislativa

Dar urgência na aprovação do projeto de reforma do Código de Processo Civil, Penal e Trabalhista e na imediata realização de atividades de divulgação e de capacitação de magistrados e operadores do direito para o trabalho com a nova realidade normativa.

24) Governança Estratégica

24.1) Consolidar um sistema de governança estratégica no qual os três poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade interajam e se organizem em torno das prioridades nacionais, estabelecidas coletivamente. O sistema de governança deve fortalecer a participação e o controle social sobre o executivo, o legislativo e o judiciário e garantir a efetividade do desenvolvimento nacional.

24.2) Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento estratégico de longo prazo e de regulação, vinculada à realidade institucional democrática, e visando, paralelamente, a diminuição das graves assimetrias regionais e sociais no país. Nesse sentido, a concertação de atores públicos e privados, somados à articulação entre os três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário), torna-se fundamental em uma nova estratégia de reestruturação do aparato de Estado, com foco no desenvolvimento.

24.3) Promover a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com avaliação permanente. A participação e controle sociais devem estar presentes no processo de planejamento, no acompanhamento e avaliação das ações e nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e o desenvolvimento institucional das estruturas do Estado, com conseqüente integração de estruturas, de base de dados e reestruturação de processos.

24.4) Democratizar a governança pública dos instrumentos de política econômica. Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. Instalar imediatamente as Comissões Consultivas do Órgão, já previstas em lei, dependendo apenas de decreto presidencial. Tal medida possibilitará às entidades nele representadas a oportunidade de participar das discussões das propostas de normas a serem editadas por aquele colegiado, de acordo com o regimento que vier a ser estabelecido sobre o funcionamento das Comissões.

24.5) A União, Estados e Municípios deverão se comprometer a aperfeiçoar os instrumentos normativos e regulatórios, que garantam a segurança jurídica dos contratos, sobretudo no que diz respeito aos contratos de longo prazo na área de infra-estrutura, como é o caso das Concessões Públicas e das Parcerias-Público e Privadas, assegurando ambiente adequado para os investimentos privados

24.6) Avançar na defesa e garantia dos direitos humanos, com a priorização absoluta de ações voltadas à educação em direitos humanos e à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dos idosos, das pessoas com deficiência, e pelo respeito à igualdade de gênero e raça, à orientação sexual e à religião; e ações voltadas à proteção a vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos.

24.7) Garantir que a sustentabilidade ambiental seja um componente fundamental do desenvolvimento nacional, consolidando e aperfeiçoando as políticas ambientais e investindo na pesquisa e utilização, de forma soberana e sustentável, dos recursos da nossa biodiversidade. Contribuirão para atingir esse objetivo as ações na direção: da regulamentação do uso e conservação da água doce; do aumento da utilização de recursos naturais renováveis na matriz brasileira de combustíveis e da implementação de políticas integradas de desenvolvimento para a Amazônia e o Semi-Árido, tendo como base o conhecimento.

24.8) Fortalecer a federação brasileira com o objetivo de promover uma repactuação do país para construção de um novo ciclo histórico de desenvolvimento socialmente mais justo e inclusivo e capaz de enfrentar a agenda histórica e estrutural das desigualdades sociais e regionais do Brasil.

"O CDES não se destina a substituir qualquer dos Poderes, mas ser um espaço de diálogo altamente qualificado. Por isso, devo imenso agradecimento a todos vocês, não tenho dúvida de que muitos dos projetos que mais avançaram neste último período tiveram inspiração e estímulo neste CDES, tanto na área econômica, quanto na educação e na distribuição de renda. Meu sonho continua sendo o de contribuir humildemente para que o Brasil encontre, definitivamente, o caminho do desenvolvimento sustentado, transformando-se numa nação rica e justa."

(**Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**,
19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

Apêndice I

A questão da economia de recursos decorrente do crescimento do PIB com quedas sucessivas na taxa de juros

Nota Técnica – SEDES

O Superávit Primário é definido como a diferença entre a receita e a despesa do governo que é reservada para fazer face aos compromissos de pagamento de juros da dívida pública. Em sua 19ª Reunião do Pleno, de agosto 2006, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) por meio de seus conselheiros manifestou algumas premissas sobre estratégias e políticas que eles consideram prioritárias para que a economia brasileira recupere sua trajetória de crescimento publicadas, sob o título "Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento".

Por exemplo: estabeleceram como meta um crescimento do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, o que resultaria na duplicação do PIB *per capita*. Consideraram desejável manter um teto para o superávit primário em torno de 4,25% do PIB. Estabeleceram uma queda gradual dos juros reais para algo em torno de 3% ao longo dos próximos 5 anos.

A partir das premissas delineadas acima é possível mostrar, fazendo uso de um modelo bastante simples, que com uma estratégia diferente com relação às políticas de juros e crescimento das que vêm sendo adotadas pelo Banco Central o país pode fazer uma economia substancial de recursos que pode ser utilizada para suprir carências em áreas diversas indutoras de crescimento econômico, por exemplo, investimentos públicos.

Inicialmente, vamos analisar a evolução do PIB levando em conta as aspirações da sociedade representadas pelos conselheiros do CDES.

Como podemos depreender no gráfico da página 12, essa meta representaria uma suavização e uma aceleração do PIB sugerindo um crescimento sustentado.

O comportamento da dívida pública como proporção do PIB pode ser aproximado por um modelo simples que já extrapolou trabalhos complicados, alguns premiados, mas hoje já não apresenta qualquer novidade para estudantes de economia e profissionais do ramo, uma vez que aparece na maioria dos livros textos de macroeconomia – o livro de macroeconomia do Dornbusch & Fisher, o livro de Blanchard, os mais usados em cursos de excelência de Economia no país e no exterior, são apenas alguns exemplos. Mais do que isso, é possível calcular a economia de recursos que o País faria para aplicar em programas alternativos ao adotar os novos enunciados do desenvolvimento, apresentados pelos Conselheiros.

O modelo pode ser representado por meio de uma equação matemática, extremamente simples Modelo: $b = (1+ r – g)\ b\text{-}1 – su$

Onde:

b = Relação Dívida/PIB. Partimos da relação esperada para o ano de 2006, 50%, e as demais relações são encontradas supondo-se que o serviço da dívida é pago com a economia feita com a geração de 4,25% de superávit primário (diferença entre receita e despesa do governo reservada para pagamento do serviço da dívida pública)

r = taxa de juros real estimada para diferentes anos

g = taxa de crescimento do PIB almejada

b-1 = Relação Dívida/PIB no período anterior

su = superávit primário definido pela equipe econômica.

No mais é aplicação da fórmula ano a ano. Os resultados estão reportados no quadro abaixo:

Tabela 1 – Modelo de cálculo

Ano	b´	PIB (em R$milhões)	g	r´	Su	f´(em R$ milhões)	r	b	f (em R$ milhões)	f-f´	Valor Presente f-f´
2006	0,5	2.024.789,91	0,0450	0,1	0,0425	101239,50	0,1		101239,5	-	
2007	0,49	2.120.967	0,0475	0,08	0,0425	82293,52	0,1	0,49	102866,9	20573,38	19049,3
2008	0,46	2.248.225	0,06	0,06	0,0425	61816,63	0,1	0,47	105208,5	43391,87	37903,4
2009	0,42	2.383.119	0,06	0,045	0,0425	44586,52	0,1	0,44	105853,6	61267,1	51213,1
2010	0,37	2.526.106,15	0,06	0,03	0,0425	27814,40	0,1	0,42	105957,1	78142,67	63416,9
						317751,57			521125,6	**203375**	**171582,9**

b: dívida/PIB trajetória com juros 10% – r
b´: dívida/PIB trajetória com juros em queda – r´
f: pagamento de juros conforme a taxa de juros – r
f´: pagamento de juros conforme as taxas de juros – r´
f´-f : economia de recursos atribuída à queda dos juros
g: taxa de crescimento do PIB hipoteticamente definida pelo Conselho para o período recente
r: taxa de juros de 10%
r´:taxa de juros hipoteticamente almejada pelo Conselho para o período recente
su: superávit primário fixado em 4,25% do PIB
y = PIB

Essa simulação permitiu elaborar o enunciado 7[1] do documento do CDES, *Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento* e a estimativa de recursos adicionais que se poderia dispor para alavancar, no segundo mandato do governo do presidente Lula, uma trajetória de crescimento que de fato viesse ao encontro do desejo da sociedade.

Vale lembrar que a equação que representa o modelo mostra que a evolução da divida/PIB (b) depende da taxa de juros real (r) e da taxa de crescimento do PIB (g).

A estimativa de economia de recursos foi efetuada da seguinte maneira: estimou-se a trajetória da dívida/PIB supondo uma taxa de juros real de 10%, superávit primário de 4,25 do PIB, levando em conta as taxas de crescimento do PIB acordadas pelos conselheiros do CDES com a equipe da SEDES/SRI e com consultores *ad hoc* (obviamente que são taxas de crescimento projetadas na melhor das hipóteses, inclusive mantendo as condições favoráveis da economia mundial). Multiplicou-se a taxa de juros real de 10%, que prevalecia no mercado, no momento da simulação, pelo o valor da dívida. Acumulou-se esse resultado para todos os anos de 2006 até 2010. O mesmo foi feito com a trajetória da dívida/PIB supondo taxa de juros menores: 10%, 8%, 6%, 4,5% e 3% como desejam que de fato se verifique os conselheiros do CDES. O resultado foi uma redução mais acentuada da razão dívida/PIB e, por conseguinte, do gasto acumulado de recursos. A economia de recursos foi calculada como R$ 203,4 bilhões e representa a diferença entre os gastos de juros segundo a primeira trajetória da dívida/PIB com juros de 10% e a última onde se considerou uma redução gradual dos juros ao longo dos cinco anos. Ao se corrigir pelo valor presente essa economia de recursos fica em torno de R$ 171,6 bilhões.

Na verdade, o que estamos supondo e pode ser detectado pela formula é que usamos o superávit primário para abater o serviço da dívida, e pode ser suficiente para pagar juros e parte do principal ou apenas uma parcela dos juros dependendo dos respectivos valores. A equação que está sendo usada evidencia que a dívida hoje é a de ontem mais o pagamento que tem que ser feito dos juros, menos o superávit primário. A aproximação estará tanto mais correta quanto mais os dados de juros e crescimento se aproximarem dos valores previstos. Mas isso é uma decisão de política econômica.

[1] Enunciado 7: "As metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional deverão ser cumpridas de maneira sistemática. O cumprimento continuado das metas reduzirá o componente de risco inflacionário embutido nas taxas de juros reais *ex ante*, permitindo a convergência das taxas de juros reais domésticas para os níveis verificados em outras economias emergentes de classificação de risco equivalente à do Brasil. Num cenário em que essa convergência ocorra em ritmo acelerado e alcance um patamar de juros reais de 3% no prazo de cinco anos, seriam liberados, nos próximos quatro anos, recursos orçamentários em torno de R$ 203,4 bilhões, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, investimentos em infra-estrutura e para a seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano."

Apêndice II

Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Presidente da República – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Vice-Presidente da República – **José Alencar Gomes da Silva**

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais – **Tarso Genro**

Conselheiros Titulares – Sociedade Civil

- Abilio dos Santos Diniz
  Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar
- Adilson Ventura
  Membro da União Brasileira de Cegos – UBC
- Alceu Nieckarz
  Bispo Evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus
- Altemir Antônio Tortelli
  Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT
- Amarilio Proença de Macêdo
  Presidente da J. Macêdo S/A
- Antoninho Marmo Trevisan
  Presidente da BDO Trevisan Auditores, Trevisan Consultores e Trevisan Escola de Negócios
- Antônio Fernandes dos Santos Neto
  Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
- Artur Henrique da Silva Santos
  Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT
- Avelino Ganzer
  Presidente da Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará
- Benjamin Steinbruch
  Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN
- Carlos Jereissati Filho
  Vice-Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE
- Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
  Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
- Clemente Ganz Lúcio
  Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE
- Daniel Feffer
  Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding
- Dom Luiz Demétrio Valentini
  Presidente da Cáritas Brasileira – CNBB
- Dráuzio Varella
  Médico, articulista e autor de livros
- Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
  Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN
- Eugênio Emílio Staub
  Presidente da Gradiente
- Fábio Colletti Barbosa
  Presidente do Banco ABN AMRO Real S.A.
- Fernando Roberto Moreira Salles
  Diretor Geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM
  Presidente do Instituto Moreira Salles
- Fernando Xavier Ferreira
  Presidente do Grupo Telefônica do Brasil
- Frank Algot Eugen Svensson
  Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB
- Gabriel Jorge Ferreira
  Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF
- Gisela Gorovitz
  1ª Coordenadora da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES
- Glaci Therezinha Zancan
  Ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
- Gustavo Carlos Marin Garat
  Presidente do Citigroup Brasil
- Gustavo Lemos Petta
  Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE

- Horácio Lafer Piva
  Membro do Conselho de Administração da Klabin S.ª e Presidente do Conselho da Semco
- Ivo Rosset
  Presidente da Valisère, Cia Marítima, Água Doce
- Jabes Guedes de Alencar
  Pastor Evangélico da Assembléia de Deus
- João Bosco Borba
  Presidente da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros – ANCEABRA
- João Carlos Gonçalves "Juruna"
  Secretário Geral da Força Sindical
- João de Deus Duarte Rocha
  Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
- João Elisio Ferraz de Campos
  Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – Fenaseg
- João Felício
  Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT
- João Resende Lima
  Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP
- João Vaccari Neto
  Presidente do Sindicato dos Bancários São Paulo
- Joênia Batista Carvalho
  Assessora Jurídica do Conselho Indígena de Roraima
- Jorge Gerdau Johannpeter
  Presidente do Grupo Gerdau
- Jorge Nazareno Rodrigues
  Presidente do Sindicato Metalúrgicos Osasco
- José Antônio Moroni
  colegiado de gestão do INESC e diretor de relações institucionais da ABONG
- José Calixto Ramos
  Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI
- José Carlos Costa Marques Bumlai
  Empresário e Pecuarista
- José Carlos de Souza Braga
  Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- José Luis Cutrale
  Presidente da Sucocítrico Cutrale
- José Mendo Mizael de Souza
  Presidente da J. Mendo, Consultoria Empresarial em Mineração
- Joseph Couri
  Presidente da Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Indústrias – ASSIMPI
- Juçara Maria Dutra Vieira
  Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- Júlio Barbosa de Aquino
  Coordenador Regional do Conselho Nacional de Seringueiros
- Laerte Teixeira da Costa
  Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT
- Lucélia Santos
  Atriz de Teatro, Cinema e Televisão
- Luiz Aimberê Soares de Freitas
  Professor universitário, articulista e Presidente do IAF – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
- Luiz Carlos Delben Leite
  Presidente da Fort Knox
- Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
  Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e articulista
- Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
  General-de-Exército do Exército Brasileiro
- Luiz Otávio Gomes
  Presidente do IDEB – Instituto de Desenvolvimento Empresarial Brasileiro
- Lutfala Bitar
  Presidente da Estacon Engenharia
- Manoel José dos Santos
  Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Márcio Artur Cypriano
  Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, Presidente do Bradesco
- Márcio Lopes de Freitas
  Presidente Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Maria Victoria Benevides
  Professora da Universidade de São Paulo – USP
- Maurílio Biagi Filho
  Presidente da Maubisa Agricultura Ltda, Presidente da Usina Moema, Conselheiro da Única – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, Conselheiro da ABDIB – Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base
- Miguel João Jorge Filho
  Vice-Presidente do Banco Santander
- Milu Villela
  Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM
- Naomar Monteiro de Almeida Filho
  Reitor da Universidade Federal da Bahia
- Nilson do Amaral Fanini
  Pastor Evangélico da Aliança Batista Mundial

- Oded Grajew
  Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Omilton Visconde Júnior
  Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA
- Paulo Antônio Skaf
  Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Diretor Regional do SESI-SP, Presidente do Conselho Regional do SENAI-SP, Presidente do Instituto Roberto Simonsen – IRS, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP
- Paulo Roberto de Freitas "Bebeto"
  Presidente do Clube de Regatas Botafogo
- Paulo Roberto de Godoy Pereira
  Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – ABDIB
- Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo
  Advogado, Jornalista, Membro do Fórum Pela Ética na Política do Amazonas
- Paulo Safady Simão
  Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC
- Paulo Vellinho
  Presidente do Conselho da Avipal S/A Avicultura e Agropecuária, membro da Associação Gaúcha de Avicultura
- Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira
  Assessor da CNBB para as Comunidades Eclesiais de Base
- Raymundo Magliano Filho
  Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa
- Ricardo Young Silva
  Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Rinaldo Campos Soares
  Presidente da Usiminas
- Roberto Egydio Setúbal
  Presidente do Banco Itaú
- Robson Braga de Andrade
  Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- Rodrigo Costa da Rocha Loures
  Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Diretor Superintendente da Nutrimental
- Rodrigo Tolentino Carvalho Collaço
  Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB
- Rogelio Golfarb
  Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
- Roger Agnelli
  Presidente da Companhia Vale do Rio Doce
- Sérgio Haddad
  Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG
- Sônia Maria Fleury Teixeira
  Professora da EBAPE da Fundação Getúlio Vargas
- Tânia Bacelar de Araújo
  Professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
- Viviane Senna Lalli
  Presidente do Instituto Ayrton Senna
- Waldemar Verdi Junior
  Vice Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE
- Zilda Arns Neumann
  Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Conselheiros Titulares – Governo

- Ministro Celso Amorim
  Ministro das Relações Exteriores
- Ministra Dilma Rousseff
  Ministra-Chefe da Casa Civil
- Ministro Guido Mantega
  Ministro da Fazenda
- Ministro Henrique Meirelles
  Presidente do Banco Central
- Ministro Jorge Félix, Gen.
  Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
- Ministro Luiz Dulci
  Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
- Ministro Luiz Fernando Furlan
  Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministro Luiz Marinho
  Ministro do Trabalho e Emprego
- Ministra Marina Silva
  Ministra do Meio Ambiente
- Ministro Patrus Ananias
  Ministro do Desenvolvimento Social
- Ministro Paulo Bernardo
  Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministro Tarso Genro
  Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria de Relações
Institucionais - SRI/PR